

COVID-19 E VULNERABILIDADE SOCIAL: REFLETINDO SOBRE A EXPERIMENTAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

COVID-19 AND SOCIAL VULNERABILITY: REFLECTING ON THE EXPERIMENTATION OF CIVIL SOCIETY ORGANIZATIONS IN GRANDE FLORIANÓPOLIS

Luiz Fernando Nieuwenhoff Schefer*
Marcia Casarin Strapazzon**

RESUMO

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) experimentam com outros usuários e coletivos a luta por direitos de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, buscando a garantia de serem ouvidos e reconhecidos como cidadãos. Apesar do fechamento inicial das OSC's, as lideranças pioneiras não pararam de atuar, nem de mobilizar recursos em tempos de pandemia do COVID-19. Neste contexto, o presente artigo visa identificar as experimentações do trabalho voluntário de OSC's para minimizar os problemas socioeconômicos gerados por um período de isolamento social. O trabalho foi realizado entre março e outubro de 2020, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas com colaboradores de sete OSC's da Grande Florianópolis e observação participante. Um dos principais resultados foi a identificação da experimentação de um banco comunitário na região, como estratégia de atuação frente à pandemia do COVID-19.

Palavras-chave: Organizações da sociedade civil; Vulnerabilidade social; COVID-19; Experimentação.

ABSTRACT

Civil Society Organizations (CSOs) experiment with other users and collectives to fight for the rights of people in situations of greater social vulnerability, seeking to ensure that they are heard and recognized as citizens. Despite the initial closure of CSOs, the pioneering leaders have not stopped acting or mobilizing resources in times of the COVID-19 pandemic. In this context, this article aims to identify the experiences of voluntary work by CSOs to minimize the socioeconomic problems generated by a period of social isolation. The work was carried out between March and October 2020, involving bibliographic and documentary research, interviews with employees from seven CSOs in Greater Florianópolis and participant observation. One of the main results was the identification of the experimentation of a community bank in the region, as a strategy for action in the face of the COVID-19 pandemic.

Keywords: Civil society organizations; Social vulnerability; COVID-19; Experimentation.

*Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: fernandoschefer@gmail.com

**Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: marcia.macasarin@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Nos últimos meses, passou-se a conviver e discutir com mais intensidade os significados e implicações de palavras como COVID-19, coronavírus, pandemia, trabalho remoto. A partir do dia 11 de março de 2020, quando foi declarado pela Organização Mundial da Saúde como pandemia, o vírus da COVID-19 já causou até o começo de novembro de 2020, a contaminação de mais de 50 milhões de pessoas e a morte de mais de 1 milhão de pessoas pelo mundo (UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, 2020). No mesmo período, o Brasil possuía mais de 5 milhões de casos confirmados e mais de 160 mil pessoas haviam perdido a vida (BRASIL, 2020).

Desde o dia 17 de março de 2020, em Santa Catarina, com a decretação de situação de emergência devido à pandemia, houve uma mudança significativa na rotina de vida das pessoas, das empresas públicas e privadas. As organizações da sociedade civil (OSCs) também foram atingidas pela pandemia. Muitas das angústias que já eram vividas diariamente por tais organizações, como as decorrentes da implementação do novo marco regulatório ou as dificuldades de financiamento das atividades já desenvolvidas, ganharam uma nova dimensão.

As histórias dos usuários atendidos pelas organizações durante a pandemia são muito tristes e parecidas: pessoas sem dinheiro para ir ao mercado ou farmácia; pessoas sem água potável para beber; grande aglomeração de pessoas nas casas, com muitos idosos e crianças, além de muitas dificuldades de acesso aos serviços públicos. As crises podem ser vistas como problemas únicos para as pessoas que os vivem, com peculiaridades que exigem diferentes relacionamentos e responsabilidades, além dos conflitos existentes, em ambientes de incertezas, não linearidade e imprevisibilidade, nos quais não se conhece antecipadamente quais serão os resultados e esforços que serão necessários para enfrentamento dessas dificuldades, bem como de limitação da própria racionalidade, frente à complexidade dos desafios que se apresentam. Como pedir para uma pessoa ficar em casa quando ela precisa trabalhar para sobreviver? Problemas que já existiam antes da crise da COVID-19, mas que agora se acirram.

Neste contexto, o objetivo desse trabalho é identificar as experimentações presentes no trabalho voluntário de organizações da sociedade civil para minimizar os problemas socioeconômicos gerados por um período de isolamento social, quando sua própria saúde e a de seus familiares estão em risco.

A sistematização das experiências observadas baseou-se em abordagem qualitativa, envolvendo a atuação de pessoas e organizações da sociedade civil, consideradas como lócus de construção de conhecimento para seus integrantes e para a sociedade. Houve uma relação entre os sujeitos que realizam essa pesquisa, as trajetórias e dilemas ou questões que já vivenciaram, as reflexões sobre o momento atual e suas particularidades. Para tanto, foi realizada uma triangulação de dados obtidos por meio de observação participante, análise documental e entrevistas.

Os dados foram coletados de março a outubro de 2020, contemplando: a) observações vivenciadas no dia-a-dia das organizações, registradas em diário de campo; b) análise de documentos, vídeos, notícias publicadas na imprensa e artigos sobre a COVID-19 e o trabalho de OSC's; c) entrevistas semiestruturadas com lideranças de sete Organizações da Sociedade Civil da Grande Florianópolis; d) aplicação de questionário com 662 pessoas em cinco eventos de distribuição de doações para usuários em situação de vulnerabilidade social atingidos pela COVID-19.

QUE É PRECISO EM TEMPOS DE PANDEMIA?

A articulação do Estado, na tentativa de liderar o processo de resolução dos problemas decorrentes da pandemia não tem chegado com a devida rapidez às comunidades empobrecidas de muitas regiões do Brasil. Receber os benefícios provenientes do setor público parece algo muito distante em muitos momentos. Na Grande Florianópolis, as comunidades têm enfrentado muitos problemas e desafios. As pessoas de comunidades em situação de maior vulnerabilidade social da região são informadas, pelos meios de comunicação, de que não devem sair de casa, porém, nem sempre possuem condições de obedecer, já que precisam ir atrás dos recursos financeiros que garantam a sua sobrevivência e da sua família. As autoridades públicas informam que as aulas serão à distância, porém, o acesso à internet é precário e custoso e os pais, em muitas situações, precisam ir à escola retirar o material escolar. Tendo a informação, através da imprensa, de que o governo está fornecendo o auxílio emergencial de R\$ 600,00 (seiscentos reais), as pessoas fazem fila em frente ao banco e, em muitos casos, voltam para casa sem o dinheiro a que teriam direito.

Conforme o depoimento de um voluntário:

O que acaba salvando o medo da fome, muitas vezes, no final do dia, é a solidariedade do vizinho ou de alguma organização da sociedade civil que a pessoa encontra perto de casa, no caminho de volta. A hora que ela consegue a cesta básica que foi doada, agradece ao seu protetor espiritual e começa a pensar em como vai sobreviver nos próximos meses (LF, 2020).

Isso levanta muitas dúvidas: quais os motivos para não realização do ensino à distância com as crianças, nesse momento de dificuldade, em que o melhor e recomendado pelas autoridades sanitárias seria ficar em casa? Qual o motivo pelo qual tantas famílias da comunidade não têm acesso ao bolsa família, por exemplo, que é um direito e um benefício que poderia ajudar nesse momento de crise? Como as lideranças comunitárias podem envolver o poder público, o mercado, a comunidade e outras organizações da sociedade nessa discussão tão importante, nesse momento de sofrimento e pandemia?

Na rotina diária de trabalho em uma OSC e no contato com os diversos atores, muitas vezes, têm-se o sonho e desejo de resolver todos os problemas do mundo e, normalmente, não se consegue dizer não para um usuário que pede ajuda ou que tem uma demanda que precisa ser resolvida, debatida e enfrentada.

Nesses momentos, surgem as reflexões: como seria bom acordar com a cura 'mágica' da COVID-19! Quando os cientistas vão inovar e descobrir a cura dessa doença? Mas, o que é inovar? Como se pode tentar, em conjunto, inovar e tentar resolver essas demandas? É o Estado que deve inovar ou ele deve financiar outros atores da sociedade civil para que inovem? A transferência de uma atividade do Estado para a sociedade civil não tem, muitas vezes, apenas o objetivo de reduzir custos, como expediente com que se conta para tentar aliviar os custos do Estado?

De acordo com Schumpeter (1982), que aborda a questão da inovação na atividade empreendedora, esta pode ser entendida como o ingresso no mercado de novos bens de consumo, novos métodos de produção, que alteram o comportamento das empresas e dos consumidores, mantendo em funcionamento a máquina capitalista por meio desses produtos. O autor descreve a ideia de destruição criadora, de revolução incessante da estrutura econômica a partir de dentro, no qual há a destruição de antigos produtos e hábitos de consumo que são substituídos por novos, como processo fundamental para entendimento do capitalismo. Ainda conforme Schumpeter (1982), inovar

gera perturbação do equilíbrio, mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxos e, ao mesmo tempo, desenvolvimento, e nisso consiste a importância fundamental do comando do empresário (que não é o capitalista) sobre meios de produção, já que ele é o agente da inovação que inicia a mudança econômica, ao criar novos produtos. Isso não provém do gosto do consumidor. O empresário assume uma função de líder, não descobrindo ou criando novas possibilidades, mas assumindo as coisas. Teríamos, portanto, o desenvolvimento, com o emprego de recursos diferentes, de uma forma diferente, fazendo coisas novas.

Mais recentemente, Osborne e Brown (2005) afirmam que inovação é um processo diferente da invenção e envolve a implementação e/ou adaptação de novos conhecimentos, por meio do envolvimento de três elementos: os atores (inovadores), o processo (innovar) e o resultado (inovações). Nesse sentido, o elemento central que diferencia a inovação da mudança incremental é o impacto da descontinuidade no processo de mudança.

Já, conforme Sano (2020), se observam duas características em comum nas definições de inovação: o fato de ser uma novidade para quem o adota e ter utilidade prática em um determinado contexto.

Será que essas inovações poderiam ajudar em tempos de crise, como os que se vive? Será que conseguiremos nos recuperar sozinhos nesses momentos?

Keynes (1964) coloca que os mercados não se recuperariam sozinhos em um momento de crise. Hoje, vive-se um momento de crise. O curto prazo (decisões de gasto na produção) e longo prazo (decisões de investimento, aumentando a capacidade de produção) condicionam essas decisões de produção, com impactos sobre o investimento, a demanda, o emprego e os salários. As decisões dependem das expectativas e as expectativas são mediadas pelas incertezas. Em cenários de incertezas, os agentes aumentam as suas preferências por liquidez e retenção da moeda, que não é neutra. Nesse ponto, a solução para as crises estaria na intervenção e atuação do Estado, adotando ações (por meio de políticas monetárias e fiscais) que tragam menos incerteza e favoreçam a tomada de decisão dos agentes econômicos, fazendo os agentes investirem na produção, ao invés de reterem moeda. Fariam isso quando tivessem expectativa de lucro na produção maior que o retorno dos juros do dinheiro.

Haja vista a complexidade dos problemas enfrentados atualmente, tais como a pandemia da COVID-19, Cavalcante, Mendonça e Brandalise (2019) afirmam que, em um mundo de rápidas mudanças, de incertezas e ambiguidades, problemas públicos complexos, altamente conectados, como o contemporâneo, políticas públicas criadas e desenvolvidas sob uma visão de mundo positivista, linear, fragmentada, pautada na ciência cartesiana na busca de uma verdade “pura” a ser desvelada, tornam-se inadequados por princípio. Segundo os autores, o conceito de *design thinking* contribui com a atuação do setor público no atendimento das demandas da sociedade, para além de uma visão burocrática. Nesse sentido, o *design thinking*, pode ser entendido como uma:

abordagem prática, que, em sua essência, reconhece as incertezas e a complexidade dos desafios públicos, trazendo para o contexto da política pública uma visão centrada no ser humano. Além disso, agrega o pensamento criativo ao analítico, valorizando a busca da construção coletiva de soluções múltiplas (cocriação) e propõe a geração de aprendizado a partir de materialização de ideias e teste (experimentação). Ou seja, o *design thinking* não é um conjunto de ferramentas a serem aplicadas de modo linear, mas sim uma abordagem que traz uma visão inovadora e iterativa de construção de conhecimento, de produção de soluções e, especialmente, do papel estratégico das pessoas nesse processo (CAVALCANTE; MENDONÇA; BRANDALISE, 2019, p. 29).

Dewey (1974a), a partir de sua noção de experiência, clamava pela importância da interação entre os seres humanos e o meio em que este se inseria, propondo a superação das dualidades correntes na ciência da época: corpo/mente; cultura/natureza; indivíduo/sociedade; razão/emoção. Neste sentido, conhecer ocorreria no viver, no experienciar, com tudo que esse processo envolva, desde problematização mental até emoção corporal.

No Livro “O público e seus problemas”, Dewey (1927) busca estabelecer as fronteiras entre o público e o privado, entre o individual e o social. Na primeira relação, seriam definitivas a extensão e escopo das consequências dos atos das pessoas, sendo público o ato que afeta mais de um interlocutor, cujos efeitos ultrapassam os diretamente afetados, bem como persistem ao longo do tempo. A pandemia do coronavírus é um problema notadamente público.

Assim como os resultados da revolução industrial e as intenções conscientes advindas delas, analisadas por Dewey em sua época, são um caso memorável da extensão que as consequências indiretas da atividade conjunta podem gerar, a pandemia que vivenciamos é também efeito de determinadas atividades da sociedade humana, num mundo extremamente interligado e complexo.

Seja a partir de morcegos ou de pangolins, o fato é que o coronavírus, bem como os vetores de inúmeras outras doenças contemporâneas, que fazem emergir epidemias, pandemias e sindemias, são consequências da forma que a humanidade vem se relacionando com a natureza. Sindemia é a combinação de pandemia com sinergia. Esse é fenômeno que estamos vivenciando no Brasil, em que a doença afeta de forma totalmente diferente as populações humanas, em virtude das extremas desigualdades sociais existentes.

Dewey (1927) faz críticas duras à forma que a ciência vinha produzindo seu conhecimento, postulando a necessidade de uma revolução intelectual, onde se abandonariam a procura por causas e forças a priori para analisar o que ocorre e como ocorre, na prática. O papel da ciência seria criar métodos para a experimentação seguir menos cega, mais refletida, contando com o aprendizado a partir dos erros. Para apresentar sua proposta metodológica, insiste em negar a busca por forças especiais de fora do fenômeno observável, com base nas interrelações dos atos observáveis e seus resultados.

Diz um voluntário de uma OSC:

Os efeitos das práticas humanas não podiam ser mais observáveis agora. As desigualdades sociais são o principal fator sinérgico da pandemia em nosso país. Aquele “meme” de que “não estamos no mesmo barco” é muito realista: foca na prática observável (MC, 2020).

Desta forma, uma abordagem voltada à experimentação, centrada no ser humano, e mais dinâmica, pode ser discutida e assumida em nosso cotidiano, ganhando grande importância em tempos de pandemia como os que se vive. Muitos problemas já vivenciados pelas OSC's, ganharam uma nova dimensão, pois tais organizações trabalham diretamente com a população mais vulnerável. Ao reconhecer as incertezas e a complexidade dos desafios públicos, as crises podem ser vistas como problemas únicos para as pessoas que as vivenciam, com peculiaridades que exigem diferentes relacionamentos, tratamentos e responsabilidades. Nesse sentido, os conflitos e problemas que já existiam antes da crise do COVID-19 agora se acirram. Portanto, diferentes dilemas têm estado muito presentes nessas organizações, exigindo dos colaboradores das OCS's difíceis escolhas, principalmente no que se refere a quem atender.

A maioria das organizações da sociedade civil trabalha com serviços e não com bens produzidos. Em razão das limitações da COVID-19, as organizações tiveram que alterar a forma de prestação

dos serviços oferecidos. Como possuem uma proximidade com os usuários atendidos, tiveram mais facilidade em ouvir as demandas, aprender e adaptar os serviços prestados e atuar nos “momentos de verdade”, conseguindo responder às expectativas dos usuários do serviço (OSBORNE, 2013). Em muitas situações, conseguiram cocriar, reunindo diferentes recursos e capacidades na criação conjunta dos serviços que foram oferecidos (TORFING; SORENSEN; ROISELAND, 2019) em tempos de pandemia.

ACOMPANHANDO EXPERIMENTAÇÕES DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Enquanto se refletia sobre todas essas questões, durante a pandemia, passou-se a acompanhar as ações realizadas por sete organizações da sociedade civil, da Grande Florianópolis, durante os meses de março a outubro de 2020, no enfrentamento da pandemia, procurando experimentar os momentos críticos vivenciados por tais organizações. Foram acompanhadas cinco ações de entregas de cestas básicas. As histórias eram muito tristes e parecidas: pessoas sem dinheiro para ir ao mercado e farmácia; pessoas sem água potável para beber; grande aglomeração de pessoas nas casas com muitos idosos e crianças.

As organizações foram entendidas como espaços de ação coletiva caracterizados como movimentos sociais, hoje institucionalizados, que visam promover uma mudança social, com foco na desconstrução de qualquer tipo de discriminação e no apoio à formação cidadã e inserção laboral efetiva de jovens, crianças, adolescentes, adultos e/ou idosos das comunidades empobrecidas da Grande Florianópolis. Segundo Cefai (2007, p. 8), ação coletiva é “toda tentativa de constituição de um coletivo, mais ou menos formalizado e institucionalizado, por indivíduos que buscam atingir um objetivo partilhado em um contexto de cooperação e de competição com outros coletivos”. Todas atuavam na área de assistência social. Dessas, três instituições possuem foco no Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos de Usuários e as outras quatro OSC's realizam serviço de convivência e fortalecimento de vínculos em comunidades de maior risco de vulnerabilidade social.

Uma destas organizações já tinha um levantamento com 384 solicitações de auxílio. Recebiam cartas desesperadas. Uma das cartas dizia:

Sou mulher separada há mais de 20 anos. Sou mãe solteira. Tenho 10 filhos. No momento só dois podem morar comigo. Minha casa é muito pequena. Já sou avó e não tenho espaço para todos. Preciso de leite, fraldas, alimentos e produtos de higiene (SDT, 2020).

Neste contexto, um dos voluntários compartilha suas angústias e impressões:

Já realizamos quatro ações de entregas de cestas básicas durante o ano de 2020. Começamos o ano com 210 famílias cadastradas. Hoje já temos 384 famílias cadastradas. Em cada ação entregamos 170 cestas. Para o Natal, estamos nos organizando para conseguir atender 250 pessoas. Porém, em cada ação aparecem, em média, 50 novos pedidos de cestas. Muitas pessoas novas, que nunca imaginaram que um dia entrariam em uma fila para pedir uma cesta básica. Em razão desse aumento, para o Natal já estamos nos organizando para conseguir atender mais pessoas. (LF, 2020).

Além das entregas de cestas básicas e produtos de limpeza, normalmente, em tais ações, as organizações possuíam grupos de advogados voluntários, que atuavam esclarecendo a quem tivesse dificuldades no acesso ao auxílio emergencial fornecido pelo governo federal, disponibilizado aos trabalhadores informais, microempresários e desempregados.

O perfil majoritário das pessoas atendidas nessas ações era de: famílias com quatro pessoas, em média; com renda familiar de R\$ 992,00 (inferior a um salário mínimo); negras ou pardas (66%) e apenas 37% declararam possuir imóvel próprio (dados próprios levantados pelos autores, 2020). Das informações levantadas em uma das ações realizadas no começo da pandemia, no mês de abril, 61% pessoas que retiraram a cesta básica haviam feito o cadastro para o recebimento do auxílio governamental. Desse total, 75% afirmaram que ainda não haviam recebido o benefício. A demora gerava aflição nas pessoas. Conforme colocado por um dos voluntários entrevistados, o objetivo da ação era “por meio dos esclarecimentos, estender a mão para o outro (AD, 2020)”.

Conforme pesquisa de CARVALHO (2020) a partir de microdados da PNAD COVID, 6,2% dos domicílios (cerca de 4,25 milhões) brasileiros sobreviveram apenas com os rendimentos recebidos do Auxílio Emergencial (AE) em agosto, aproximadamente a mesma proporção que em julho.

Foram organizados grupos com advogados voluntários para esclarecimento às pessoas da forma como poderiam ter acesso aos recursos liberados pelo governo federal aos trabalhadores informais, microempresários e desempregados. As consultas eram feitas por chamada de vídeo do WhatsApp. Havia uma grande preocupação para que o dinheiro chegasse para quem mais precisava e não apenas para quem fosse mais “rápido e organizado” com os documentos e burocracias exigidas. Inclusive, o longo atraso para a liberação do dinheiro foi justificado em razão dos trâmites legais exigidos do poder público. O objetivo era favorecer a geração de renda, em decorrência das limitações de acesso ao mundo do trabalho, por meio da identificação de potencialidades do território, desde o planejamento, estruturação, monitoramento e avaliação das ações de inclusão produtiva em âmbito local e da articulação com o sistema público do trabalho, emprego e renda (LF, 2020).

As organizações também procuravam prestar orientação pedagógica para ajudar as famílias a enfrentar o período de aulas não presenciais. Nos dados obtidos, 51% das famílias responderam que suas crianças não estavam recebendo aulas à distância. Um problema identificado foi que 27% dos pais responderam que precisavam buscar a tarefa impressa na escola do filho, indo na contramão da determinação do governo do Estado de ficar em casa. Mesmo com a possibilidade do ensino remoto, 37% das famílias responderam que não teriam acesso à internet para as aulas. Como colocado por uma das voluntárias:

Além das doações de cestas básicas, produtos de higiene e do acolhimento da comunidade, tivemos a preocupação de fazer um acolhimento referente à educação, procurando descobrir como as pessoas estão lidando com o ensino a distância, bem como quais são as condições de internet das famílias. A partir desses questionamentos, procuramos prestar esclarecimentos sobre as formas possíveis e viáveis de atendimento e acolhimento das crianças, em período não presencial de aula. Reforçando a importância da educação como um direito que precisa ser reivindicado. Orientamos sobre as possibilidades de recebimento da merenda, na esfera estadual. Muitas famílias não sabiam desse direito (AN, 2020).

Ao não serem ouvidos pelo poder público, a organização da sociedade civil, em muitas situações, era o local em que os usuários conseguiam algum tipo de assistência e eram acolhidos. Isso, em muitos casos, sobrecarregou o serviço das organizações e exigiu criatividade na captação de recurso, visto que a necessidade de distanciamento social impactou fortemente as ações comumente presenciais das organizações. Desta forma, foram experimentadas diferentes alternativas para captação de recurso e apoio após o início da pandemia, tais como:

- Campanha de arrecadação de produtos de alimentação e higiene pessoal: as organizações realizaram, também, campanhas de arrecadação de recursos financeiros para a compra de

cestas básicas e produtos de limpeza e higiene pessoal. Até o começo do mês de novembro, haviam sido arrecadados e distribuídos mais de 1 milhão de reais em produtos, pelas organizações acompanhadas.

- Produção de máscaras de proteção: outra ação foi a realização de campanhas de doação de tecidos para a confecção de máscaras. As ações foram realizadas através dos grupos de voluntariado, por meio da convocação dos grupos de artesanato e voluntários costureiros, para confecção de máscaras de tecido para distribuição a usuários da rede de organizações. Algumas organizações optaram pela venda de tais máscaras ou troca de tais produtos por cestas básicas que, normalmente, eram coletadas nos supermercados da região.
- Divulgação de Notas Públicas: as organizações também procuraram adotar algumas ações em conjunto. Exemplo disso é a Nota Pública: Importância da Sociedade Civil Organizada em situações emergenciais e de crise. Uma importante atividade de incidência política e participação em fóruns e conselhos de direito, que possibilita a formação político-cidadã, a capacitação de conselheiros e a conquista de cadeiras efetivas em espaços de controle social. Porém, estas participações nem sempre são consideradas positivas por toda organização, sendo, em alguns casos, uma atividade que gera tensão dentro das organizações. Muitas vezes, a organização não quer liberar o colaborador para as reuniões de um fórum, considerando que não traz resultado. Não entendem os objetivos dos Conselhos e verbalizam que essas participações seriam “perda de tempo”.
- Realização de *lives* de captação de Recursos: também foram realizadas *lives* com bandas locais da região, com o objetivo de arrecadar recursos financeiros. Uma *live* realizada no mês de maio, por uma das organizações acompanhadas, arrecadou R\$ 250,00 e 200 cestas básicas, doadas por vereadores da região.
- Captação online de recursos: outras ações realizadas, foram campanhas de *crowdfunding*. Em uma das ações organizadas, a meta era arrecadar R\$ 50.000,00. Até o mês de junho foram arrecadados R\$ 3.650,00, por meio da doação de 20 pessoas (7% da meta).
- Realização de Bazares: foram ainda realizadas atividades de vendas de roupas por meio da realização de bazares. Algumas organizações optaram pela realização de bazares online, por meio da divulgação dos produtos e preços dos produtos, pelas mídias sociais.

As OSCs já tinham muitas dificuldades de captação de recursos financeiros antes da pandemia. As parcerias com o poder público eram insuficientes. Por isso eram realizadas ações como bazares, rifas, festas e almoços solidários de captação de recursos. Com a pandemia, muito pouco disso é possível. Tivemos que repensar nossas formas de captação de recursos. Além das *necessidades de sobrevivência das OSCs, também, aumentou muito a demanda da comunidade por comida, produtos de higiene e acolhimento (LF, 2020).*

- Realização de ação entre amigos: as organizações continuaram a realizar a venda de rifas e sorteio de produtos. Em uma das organizações acompanhadas, estão sendo vendidos bilhetes online, no valor de 20,00, que permitem concorrer a uma moto Harley Davidson, avaliada em 120 mil reais, que foi doada por um voluntário do projeto. A expectativa é arrecadar 200 mil reais com essa ação.

Ao realizar uma ação de entregas de cestas básicas tínhamos muito medo que faltassem cestas. Era sempre melhor sobrar do que faltar. Porém, às vezes, tinha mais gente do que cesta básica. Era difícil dormir pensando naquilo. Os depoimentos eram muitos tristes. As pessoas pediam

ajuda, diziam que a vida estava muito sofrida. A gente realmente ficava com o coração na mão ao não conseguir atender a todo mundo (FN, 2020).

Nesse contexto, é, também, interessante refletir sobre os motivos que levam as pessoas a realizarem doações como as buscadas pelas organizações acompanhadas neste período. As falas de doadores recorrentes podem ser ilustrativas sobre essa questão:

Eu, particularmente, identifico diferentes razões do porquê eu faço doações. Há uma dimensão egoísta sim, no sentido de que o que doe não fará falta para mim e minha família, assim como tenho uma crença de que, se os outros não estiverem seguros, minha família também não estará. Há também uma raiz religiosa, da caridade, mas acho que não pesa tanto na minha vida. Por outro lado, eu me considero muito sensível e consciente das desigualdades sociais no Brasil, e entender que as doações são muito importantes dói muito, pois é muito injusto. E eu admiro muito as pessoas que doam seu tempo para ajudar os outros. Eu não tenho esse perfil, ânimo ou coragem, então eu contribuo também com o objetivo de retribuir pela dedicação e esforço dessas pessoas, que, muitas vezes, nos ajudam também, sem nada pedir em troca. Normalmente, minhas doações são em dinheiro, é a forma que me sinto ajudando, especialmente na pandemia, pois somos uma família “ortodoxa” que realmente acredita no perigo dessa doença desconhecida e reconhece o privilégio de poder ficar em casa, e assim, contribuir para reduzir os riscos de quem não tem essa opção, seja pelo trabalho ou por necessidade mesmo (MC, 2020).

Eu faço doação porque quero ajudar as pessoas que precisam. Essas pessoas não tem emprego, não tem o que comer e não tem assistência do governo. Precisam de assistencialismo mesmo, estão à margem, abaixo da linha da pobreza. E é por meio das ONGs que eu faço isso, porque já sou idosa e ainda que não ganhe muito, separo um pouco sempre para doar. Dizem que não devia fazer isso, não se deve fazer assistencialismo, mas a realidade é dura. Que escolha se tem? As pessoas sofrem. As pessoas morrem! Não podemos ignorar a realidade (CM, 2020).

Durante as ações de entrega de cestas básicas, nos questionários aplicados, também se buscou identificar as preocupações e aprendizados gerados pela crise da pandemia. Entre os medos e preocupações das pessoas atendidas pelas ações destacam-se: preocupação com a saúde (57%) e medo do desemprego, falta de renda e possibilidade de sobrevivência (52%). Como maiores aprendizados, foram citadas as questões: da solidariedade (49%), cuidado com a saúde (23%); maior possibilidade de estar e ficar com a família (20%) e fé (9%).

Figura 1: Maiores aprendizados com a crise do COVID-19.

Aprendizados com a Crise



Fonte: Elaborada pelos autores, a partir dos dados coletados nas ações de entregas de cestas básicas (2020).

Algumas organizações acompanhadas possuíam convênios e/ou termos de colaboração para fornecimento de alimentação nas atividades diárias que eram realizadas com os usuários. Com o fechamento das unidades, o serviço era realizado por meio da entrega de cestas básicas. Em determinados casos, porém, o poder público, reconheceu um desvio de “finalidade” nessa distribuição de cestas básicas e exigiu a devolução dos recursos financeiros que haviam sido repassados às organizações. Simplesmente “mandou” devolver e não se preocupou em ouvir as demandas dos usuários e/ou as demandas das organizações que procuravam contribuir com o processo. Como colocado por um gestor de uma das organizações da sociedade civil envolvida no caso:

Tentamos de todas as formas usar este recurso público para compra de cesta básica. O pedido foi analisado pela área jurídica do setor público e fizeram um parecer em que diziam que realmente não poderíamos usar para cesta básica, vai entender. Isso foi muito frustrante para nós. A gente devolveia o dinheiro para o setor público e precisava encontrar uma solução para a pessoa que batia na porta da organização pedindo ajuda. O setor público dizia que a gente não poderia comprar as cestas básicas, pois já havia uma política pública de entrega de cestas básicas e de auxílio emergencial. Mas, a gente lá na ponta, sabia que o usuário estava com muita dificuldade para receber a referida cesta básica e o auxílio emergencial. Mesmo quando a cesta básica saía, a gente sabia que ela não duraria o mês inteiro, que a pessoa tinha medo de ter a luz cortada, tinha medo de não conseguir o gás de cozinha, tinha medo de não conseguir pagar o aluguel e ser expulsa de casa. Além do medo de pegar a doença e morrer, a pessoa tinha medo de morrer de fome (FD, 2020).

Ainda, em outros casos, não foi possível estreitar o relacionamento com o poder público para discussão e tentativa de solução das demandas trazidas pela comunidade. Perceber qual a interlocução da organização com os outros espaços do território sempre foi uma preocupação presente nas atividades realizadas pelas organizações durante as ações de enfrentamento da pandemia. Nesse sentido, tais organizações procuraram pressionar o poder público, em busca de alternativas. Procuraram descobrir quais eram os motivos, por exemplo, para não realização do ensino a distância com as crianças das comunidades atendidas, nesse momento de dificuldade, em que o melhor era ficar em casa. Procuraram descobrir o motivo pelo qual tantas famílias da comunidade não tinham acesso ao bolsa família, por exemplo, que é um direito e um benefício que poderia ajudar nessa época de crise. Nas organizações, cresceu o questionamento: como nós, enquanto lideranças comunitárias, poderíamos envolver o poder público, a comunidade e outras organizações da sociedade nessa discussão. Como poderiam tais organizações coproduzir?

Ao perceberem que a maioria das famílias não possuíam acesso ao bolsa família, um direito que poderia contribuir nesse momento gerando um pouco de renda, as organizações foram atrás do poder público para descobrir os motivos pelos quais isso não estava acontecendo. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) era o órgão encarregado de fazer o cadastro das famílias no bolsa família. Porém, em tempos de pandemia, os mesmos se encontravam fechados e com atendimento apenas com horário marcado. O CRAS que atendia a comunidade de uma das organizações era distante, o que dificultava o acesso das famílias. Na verdade, muitas famílias nem tinham conhecimento sobre seu direito ao bolsa família. Uma das voluntárias de umas das organizações acompanhadas nesse relato, já havia feito uma visita ao CRAS solicitando orientação sobre o cadastro. Porém, o retorno e receptividade do órgão tinham sido bem negativos. Como colocado pela voluntária:

Ligamos para a assistente social do CRAS. Ficamos bem decepcionados. Não sei se isso ainda nos choca. A posição do CRAS foi de que não estavam fazendo movimento nesse período de pandemia. As pessoas já deveriam saber que é no CRAS que se faz o cadastro do bolsa família.

Argumentamos que existe uma carência na comunidade. Convidamos o CRAS para ir conhecer a comunidade. O retorno foi o mais negativo possível. A técnica disse que não trabalhava no sábado. Que sábado não era dia para se conhecer a comunidade. Foi bem frustrante a falta de acolhimento e de um olhar da comunidade. A única sugestão dada foi a entrega de um folder explicativo. Porém, novamente, repetiu que a comunidade precisava saber dessas coisas. Já estamos em outubro e ainda não conseguimos resolver a questão (AN, 2020).

Procurando enfrentar essa problemática de financiamento de atividades, uma ação que tem sido desenvolvida, que talvez possa ser observada e entendida como inovação, se refere à criação de um banco comunitário (ANDION, 2020) e uma moeda social, fortalecendo o protagonismo dos moradores, das organizações da sociedade civil que atuam nestas áreas e o apoio a pequenos comércios da região (ICOM, 2020).

Além da moeda social e seus desdobramentos muito importantes, o Instituto Comunitário Grande Florianópolis articulou uma ação intitulada “Fundo de Impacto para Justiça Social”, linha de apoio emergencial, com o objetivo de garantir o acesso das pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes, assim como itens de higiene, durante o período de distanciamento social, em decorrência do coronavírus, em áreas de interesse social de Florianópolis (ICOM, 2020).

A gente sabe que, em tempos de crises e pandemia, a entrega de cesta básica ajuda muito. Porém, é muito humilhante, seja para quem entrega, seja para quem recebe a cesta básica. Eu já entrego cestas básicas há quase 20 anos. Considero-me um “especialista”. Mas, isso me envergonha um pouco. Precisamos pensar além da cesta básica. A pessoa precisa ter autonomia, precisa ter o direito de escolher o que quer comprar, onde vai comprar, como vai comprar, com quem vai comprar. É muito humilhante, entregar uma cesta, olhar para trás, e ver uma mãe de família carregando aquela cesta que é pesada, difícil de carregar. Ela ajuda a matar a fome, com certeza, mas, também ajuda na reprodução de um sistema que já provou que não dá certo. Precisamos avançar. Tornar os pobres mais produtivos é uma coisa bem diferente de eliminar a pobreza (LF, 2020).

O banco comunitário, que funciona em parceria com o Instituto Banco Palmas, Fortaleza/CE, nasceu dentro da Linha de Apoio Emergencial Coronavírus, e é coordenado na Grande Florianópolis, pelo Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), uma organização da sociedade civil, que realiza atividades de assessoramento, defesa e garantia de direitos. Conforme consta no site do ICOM (2020),

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Nosso primeiro intuito com um Banco Comunitário e com a criação de uma moeda social própria é o de enfrentar a crise decorrente do Covid-19, garantindo alimentação suficiente e nutritiva às famílias que vivem em áreas em vulnerabilidade social da Grande Florianópolis, fortalecendo os pequenos comércios locais e as comunidades.

No momento, estão sendo atendidas 829 famílias, que recebem o valor de R\$ 200,00, durante três meses, em média, por meio da atuação de cinco unidades do banco comunitário. Atualmente, a moeda é aceita em 29 comércios locais da região e já foram aplicados 527.800,00 por meio do banco comunitário (ICOM, 2020). Conforme colocado por um dos entrevistados, “um dos ‘sonhos’ é que em breve o banco possa financiar, a taxa de juros 0%, empreendimentos e propostas de inovação da região” (LF, 2020).

O banco comunitário é um banco voltado para o território, na compreensão da comunidade. É um banco que não gera lucro no senso da especulação. É muito diferente dos outros bancos. É a riqueza que fica no território e é, a partir desse território, que essa riqueza, nas relações comunitárias, elas constroem o empoderamento do território, gerando um enorme impacto na comunidade. Dá a capacidade de autonomia, de empoderamento e abre uma perspectiva de microcrédito para outras questões. Pode se tornar uma rede na comunidade, de empoderamento e ampliação da riqueza que fica no território, construindo relações, por meio de uma moeda social, que transita nesse território de forma mais democrática. O território se apropria da sua forma de organização, se empodera. Isso é muito importante nesse tempo de pandemia, com essa grande taxa de desemprego, principalmente, entre a população mais vulnerável (VG, 2020).

Há uma grande preocupação com o fim do auxílio governamental e o impacto que isso terá sobre a vida das pessoas, podendo sobrecarregar ainda mais o trabalho das OSCs. Como divulgado por uma das organizações, em uma das suas campanhas:

As organizações já estão se preparando e realizando ações que possibilitem a continuidade das ações. Como é o Natal na sua casa? Quais são os rituais, os alimentos, os presentes? Quem estará junto com você? Nós sabemos que 2020 foi um ano diferente e, com certeza, o Natal também não será igual. Foi um ano de luta, de reflexões, de reinvenção. Para muitas famílias, 2020 trouxe perdas e problemas difíceis de contornar. Por isso, neste fim de ano, nosso convite é pela solidariedade e esperança! Faça a sua doação! A moeda social garante autonomia e o direito das famílias a uma alimentação segura e suficiente, e, ao mesmo tempo, fortalece os comércios das comunidades, onde as compras podem ser feitas. Com este movimento solidário e a sua contribuição, nossa meta é apoiar cada família com R\$ 200 em moedas sociais no mês de dezembro (ICOM, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou identificar as experimentações do trabalho voluntário que foram adotadas por OSC's, buscando minimizar os problemas socioeconômicos gerados por um período de isolamento social. O trabalho foi realizado entre março e outubro de 2020, envolvendo pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas com colaboradores de sete OSC's da Grande Florianópolis e observação participante em cinco ações de entregas de cestas básicas, produtos de higiene pessoal e acompanhamento das demandas do auxílio emergencial e aulas à distância. Um dos principais resultados foi a identificação da experimentação de um banco comunitário na região, como estratégia de atuação frente à pandemia do COVID-19.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela sociedade civil no relacionamento com o poder público, sempre foi necessário articular os vários atores (incluindo o Estado), procurando desconstruir essa relação, de uma visão de redução de custos e eficiência, para uma visão de trabalho em conjunto e formação de redes e parcerias (atuando, por exemplo, por meios dos Fóruns Públicos e Conselhos de Direito) que permitam que a discussão do problema se torne pública e seja discutida pelos atores envolvidos. Nessa perspectiva, a sociedade civil não quer, nem pode querer, substituir as atribuições do Estado. Exige, portanto, a necessidade de se articular com o Estado, para que ele cumpra sua função em termos de políticas públicas, trabalhando em rede, tanto com a sociedade civil como com o mercado. Assim, gera-se a possibilidade de reforçar a governança e mostrar para o Estado, por meio da experimentação democrática, que é possível fazer de um jeito diferente.

Nesse ponto, pode-se trazer a discussão de Ansell (2014), acerca da inovação como um experimento democrático que possibilita sinergia, aprendizado e comprometimento entre os envolvidos.

Assim, haveria um esforço coletivo para reunir setores de diferentes entidades, organizações e disciplinas, explorando suas diferenças por meio de processos de inovação colaborativa, invocando métodos pragmáticos de experimentação e tentativa e erro. Essa discussão também está presente em Dewey (2014). A inovação é vista, portanto, como um processo de pesquisa complexo, criativo e ilimitado, que desenvolve e realiza novas ideias, de maneiras que levam a mudanças de etapas. A inovação envolve uma combinação criativa de ideias antigas e novas, mas a criação só se torna inovação quando as novas ideias e áreas previstas são realizadas na prática (ANSELL, 2014).

A importância da atuação do Estado no processo de desenvolvimento das economias se mostra uma necessidade ainda mais premente em momentos de crise como os vividos atualmente, em tempo de pandemia. Na prática, o Estado não tem conseguido fomentar uma governança com o mercado e a sociedade civil que consiga de forma eficiente, efetiva e eficaz, inovar e responder aos anseios da sociedade.

Observam-se boas iniciativas que são implementadas pelo poder público, mas em muitos casos parece que elas não dialogam entre si. Isso exige, como colocado por Ansell (2014), a transformação do papel do usuário, de cliente passivo em cidadão ativo e equipado com direitos e obrigações dentro de sua comunidade. Desta forma, talvez a “melhor” inovação seria a inovação resultante do “nós”. Um processo de experimentação em que todos aprendem e se sentem parte, desenvolvendo a governança da relação e reduzindo as chances das distorções das relações de poder que existem entre quem sabe mais e quem sabe menos, quem pode mais e quem pode menos, aumentando as chances de a inovação beneficiar o maior número de usuários.

As atuais discussões, portanto, nas organizações acompanhadas se concentrariam em: como se pode ir além, em tempos de pandemia? Como se pode articular os vários atores (incluindo o Estado), procurando desconstruir essas relações entre Estado e organizações da sociedade civil, de uma visão, muitas vezes, de redução de custos e eficiência, para uma visão de trabalho em conjunto, coprodução e cocriação e formação de redes e parcerias que permitam que a discussão do problema se torne pública e seja discutida pelos atores envolvidos, de forma democrática? Como se pode conciliar a discussão do papel de uma organização da sociedade civil entre: assumir diretamente papéis específicos do Estado, tornando-se a sua extensão e enfrentando a questão no curto prazo, ao buscar atender a demanda de quem procura ajuda em uma OSC ou influenciar a elaboração e execução de políticas públicas que criem e coproduzam (como ações de longo prazo buscando transformar esse “assistencialismo” em política pública), discutindo e trazendo a questão do problema para o público e, experimentando, de forma democrática, formas coletivas de enfrentamento de tais problemas públicos?

REFERÊNCIAS

- ANDION, C. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, v. 54, n. 4, Rio de Janeiro jul./ago. 2020. Epub 28-Ago-2020.
- ANSELL, C.; TORFING, J. **Public innovation through collaboration and design**. New York: Routledge, 2014.
- BRASIL, 2021. **Painel CoronaVírus**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

CARVALHO, S. S. de. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de agosto. **Carta de Conjuntura – IPEA**, n. 48, 3. trimestre, 2020.

CAVALCANTE, P.; MENDONÇA, L.; BRANDALISE, I. Políticas Públicas e Design Thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. In: **Inovação e Políticas Públicas: superando o mito da ideia**. Brasília: ENAP; IPEA, 2019.

CEFAÏ, D. **Porquoi se mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: Éditions La Découverte, 2007.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Chicago: Swallow Press, 1927.

DEWEY, J. **Experiência e natureza: textos selecionados** (Experiência e Natureza). Tradução de Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme. São Paulo: Abril, 1974a (Coleção os Pensadores, v. XV).

ICOM. Disponível em: <www.icomfloripa.org.br>. Acesso em 01 de outubro de 2020.

KEYNES, J. M. **The general theory of employment, interest and money**. New York: HBJ Book, 1964.

OSBORNE, S. P.; BROWN, K. **Managing change and innovation in public service organizations**. New York: Routledge, 2005.

OSBORNE, Stephen P.; BROWN, Louise. **Handbook of innovation in public services**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Série Os Economistas).

SANO, H. **Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais**. Brasília: Enap, 2020.

TORFING, J.; SØRENSEN, E.; RØISELAND, A. **Transforming the public sector into an arena for co-creation: barriers, drivers and ways forward**. Administration and Society, v. 51, n. 5, p. 795-825, 2019.

Universidade Johns Hopkins. **New Cases of Covid-19 in World Countries**. 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/data/new-cases>>. Acesso em: 30 mar. 2021.